

Carta aberta sobre a proposta do Qualis Periódicos

Cadernos de Saúde Pública
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Revista Fitos
Trabalho, Educação e Saúde
Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia

No âmbito do processo de revisão da avaliação dos programas de pós-graduação, a Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) estabeleceu novos critérios para classificação das revistas no Qualis Periódicos (Ofício nº 6/2019-CGAP/DAV/Capes). Com o objetivo de uniformizar a avaliação quantitativa da produção docente e discente, a nova metodologia propõe uma única classificação de referência para cada periódico (Qualis Único) baseada no uso combinado dos indicadores bibliométricos CiteScore, Fator de Impacto e h5 (Google Scholar). A classificação representa o percentil que o periódico possui nas respectivas categorias em que cada base enquadra o periódico, dividida em 8 grupos (a cada 12,5% do total), sendo permitido alterar a posição de até 30% dos periódicos pretendentes a uma determinada área de avaliação.

A adoção de critérios similares para avaliação de periódicos científicos é questionável considerando as profundas diferenças entre áreas na produção e divulgação do conhecimento. Além disso, essa classificação foi divulgada sem ser acompanhada pelos dados originais, impossibilitando, portanto, a análise aprofundada e comparada dos resultados da aplicação da metodologia entre áreas distintas.

Cabe situar o contexto no qual essa proposta é formulada. A avaliação da pesquisa, certamente essencial, é permeada por interesses de diferentes atores: grandes grupos empresariais que atuam no mercado da publicação científica¹, cuja lucratividade está entre as maiores do mundo*, pequenas editoras, grupos e centros de pesquisa, organizações reguladoras e financiadores³.

No Brasil, a Capes possui papel essencial na avaliação dos periódicos, que serve à avaliação dos programas de pós-graduação, por sua vez definidora do financiamento e disponibilidade de bolsas (e supomos próprio financiamento das revistas, também operado pela Capes em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq). Esta função tem sido exercida através da adoção indicadores bibliométricos, construídos para finalidades não relacionadas à avaliação da qualidade da produção científica§. Na nova proposta, foram adotados os indicadores das bases Scopus (CiteScore) e Web of Science

*A editora Elsevier tinha, em 2010, margem de lucro de 36%, maior do que a Apple, Google e Amazon². O preço de publicação de um artigo na *Lancet Transmissible Diseases*, em agosto de 2019, é de US\$ 5.000.

§Pagamento de taxas de publicação e assinaturas de revistas representa 45% do total de financiamentos, cabendo ao setor público 31%⁴.

(Fator de Impacto), e, no caso de revistas não indexadas nessas bases, foi feito um modelo de regressão para estabelecer a relação do índice h5 (Google Scholar) com o CiteScore.

A adoção desses indicadores subordina a ciência produzida no Brasil aos ditames de revistas de outros países (USA e UK principalmente), favorecendo a priorização de temas de interesse da política científica do hemisfério norte, e o ajuste do conteúdo publicado por revistas de países não hegemônicos⁵ ao que gera citações nas bases bibliográficas. A publicação em inglês, necessária para esse objetivo, afasta a ciência produzida no Brasil dos leitores não especializados. Também dificulta o importante papel dos periódicos na disponibilização de conhecimentos científicos atualizados para apoiar a formação nos diversos níveis da pós-graduação, inclusive nos mestrados profissionais, cujo impacto social, indispensável em determinadas áreas (como a Saúde Coletiva), não é passível de reconhecimento e avaliação por essas métricas.

O modelo de avaliação impulsionado por esses indicadores se baseia em um fetichismo da excelência ancorado em uma falsa narrativa de escassez⁶, que não se sustenta frente aos recursos da publicação eletrônica, como por exemplo os preprints[£], e que inflaciona os preços das revistas ditas de alto impacto. Assim, se estimula a competição predatória entre cientistas, entre programas e entre periódicos.

Além das análises em artigos como os já citados, devemos considerar como guias da avaliação as críticas coletivas feitas por cientistas aos indicadores bibliométricos, como a DORA (*San Francisco Declaration on Research Assessment*)⁷, e o manifesto de Leiden[¥], que apontam os principais problemas dos indicadores⁸. Duas grandes limitações são destacadas pela DORA: o fator de impacto pode ser manipulado; mesmo dentro da mesma revista, os artigos têm número citações extremamente variado.

Nesse cenário, comentamos os dez pontos do manifesto de Leiden e o uso inadequado e pervasivo desses indicadores, à luz da proposta Capes:

1. **A avaliação quantitativa deve dar suporte à avaliação qualitativa especializada** – a questão do Qualis deveria ser definida após a definição do modelo qualitativo de avaliação;
2. **Medir o desempenho de acordo com a missão da instituição, do grupo ou do pesquisador** – a política de incentivo à pós-graduação deve condicionar a avaliação; a padronização em indicador único aprofunda a desigualdade entre regiões e entre áreas do conhecimento, e se torna um empecilho real à política de indução, seja de áreas do conhecimento ou de regiões do país;
3. **Proteger a excelência da pesquisa localmente relevante** – preservando o pluralismo e a relevância para a sociedade, não subordinando a avaliação à publicação em periódicos indexados nas bases selecionadas;

[£]<https://blog.scielo.org/blog/2018/09/21/pkp-e-scielo-anunciam-desenvolvimento-de-um-sistema-de-codigo-aberto-de-servidor-de-preprints/>

[¥]Definido no 19º *International Conference on Science and Technology Indicators* (<http://sti2014.cwts.nl>)

4. **Manter a coleta de dados e os processos analíticos abertos, transparentes e simples** – as bases de dados utilizadas para a classificação inicial e a classificação revista pelas áreas devem ser disponibilizadas abertamente;
5. **Permitir que os avaliados verifiquem os dados e as análises** – a partir dos dados brutos disponibilizados deve ser possível realizar análises comparativas e estudo do impacto da proposta nas diferentes áreas de conhecimento;
6. **Considerar as diferenças entre áreas nas práticas de publicação e citação** – o Qualis Único impede a seleção de um conjunto de possíveis indicadores, não permitindo que as distintas áreas escolham aqueles que lhes são mais adequados;
7. **Basear a avaliação de pesquisadores individuais no juízo qualitativo da sua carreira** – princípio esse que pode ser estendido as instituições, programas e grupos de pesquisa, e deve considerar o conjunto da produção ao longo do tempo e não apenas nos dois ou três anos incluídos nos indicadores;
8. **Evite solidez mal colocada e falsa precisão** – cabendo questionar a precisão de pontos de corte de 12,5% em um quadro de óbvia continuidade;
9. **Reconhecer os efeitos sistêmicos da avaliação e dos indicadores** – devemos lembrar que tais aspectos condicionam não só o financiamento, mas a condução dos programas para atender a esse critério, seja obrigando alunos a terem artigos aceitos antes de serem diplomados, seja diminuindo o número de artigos publicados nos periódicos para aumentar os indicadores, seja a adequação dos programas ao critério proposto, incluindo ou excluindo docentes, ou mesmo estimulando a publicação em periódicos melhor classificados, mesmo que fora do core da área de conhecimento.
10. **Examinar e atualizar os indicadores regularmente** – critério esse atendido pela CAPES, desde que o critério possa ser amplamente discutido, analisado, a partir dos dados originais.

Alguns problemas imediatos na aplicação da proposta da Capes já foram identificados. A definição da área-mãe – área da pós-graduação com maior número de artigos publicados na revista – é fortemente influenciada, no caso de campos do conhecimento por natureza interdisciplinares, pela área com maior número de programas e alunos. Na área da saúde coletiva, onze periódicos foram imediatamente realocados, e mais alguns estão em processo, indicando a fragilidade do critério “objetivo” adotado.

A alocação de revistas que não constam nas bases Scopus e Web of Science a partir do uso do h5 (Google Scholar), reconhecidamente mais inclusivo, é também problemática. Apesar das limitações já apontadas, basear em uma correlação de apenas 0,5 a alocação de periódicos não constantes das demais bases indexadoras, implica em mais decisões *ad hoc*, como a adotada na área da Saúde Coletiva, impondo o B como classificação máxima dessas revistas. Além disso, em um momento no qual revistas da área apresentaram aumento dos fatores de impacto, a classificação relativa dos periódicos brasileiros centrais do campo foi prejudicada.

Ressaltando que a função das medidas de citação só se justifica a longo prazo⁹: como comparar o impacto de um artigo que foi publicado nos dois (ou três) anos anteriores, e citado no ano de referência, com um artigo que recebeu citações ao longo de 20 anos? Por que limitar a avaliação somente aos indicadores cuja intenção é estimular uma sempre crescente competição pelos veículos ditos de maior impacto, e com escopo temporal limitado? Outros indicadores cientométricos podem contribuir para avaliar os periódicos. A avaliação da inclusão de periódicos na base SciELO¹⁰ é um critério de qualidade. O total de citações que um periódico recebeu no ano, também disponível no Google Scholar, sendo independente do ano de publicação, reflete o impacto acumulado da revista na comunicação científica. Diversas medidas altimétricas estão disponíveis, por exemplo, o número de *downloads* de artigos no SciELO.

As consequências dos equívocos da proposta são perfeitamente previsíveis: drenagem de artigos para áreas que conseguiram colocar seus periódicos nas classes A1 e A2 (e cujas taxas de publicação são razoáveis); diminuição da submissão de artigos oriundos de programas de pós-graduação bem avaliados, com mais recursos, para pagar publicação nas revistas das grandes editoras internacionais; restrição do financiamento das revistas, num processo de “mais para quem tem mais”. Estimula-se a competição ao invés da solidariedade entre pares.

Isso tudo associado a uma situação de diminuição dos recursos e de descrédito da ciência¹¹, no qual as evidências científicas são equiparadas às observações de um único indivíduo. Até quando ficaremos discutindo classificações que pouco contribuem para avaliar a qualidade real da produção de conhecimento?

Referências bibliográficas

1. de Camargo KR. Big Publishing and the Economics of Competition. *Am J Public Health*. 2014 Jan;104(1):8–10.
2. Buranyi S. Is the staggeringly profitable business of scientific publishing bad for science? *The Guardian* [Internet]. 2017 Jun 27 [cited 2019 Aug 8]; Available from: <https://www.theguardian.com/science/2017/jun/27/profitable-business-scientific-publishing-bad-for-science>
3. Guédon J-C. Future of scholarly publishing and scholarly communication: report of the expert group to the European Commission [Internet]. 2019 [cited 2019 Aug 3]. Available from: <https://doi.org/10.2777/836532>
4. Lawson S, Gray J, Mauri M. Opening the Black Box of Scholarly Communication Funding: A Public Data Infrastructure for Financial Flows in Academic Publishing. *Open Library of Humanities*. 2016 Apr 11;2(1):e10.
5. Losego P, Arvanitis R. La science dans les pays non hégémoniques. *Revue d'anthropologie des connaissances*. 2008;Vol. 2, n° 3(3):334–42.
6. Moore S, Neylon C, Paul Eve M, Paul O'Donnell D, Pattinson D. “Excellence R Us”: university research and the fetishisation of excellence. *Palgrave Communications*. 2017 Jan 19;3:16105.

7. Read the declaration – DORA [Internet]. [cited 2019 Aug 3]. Available from: <https://sfdora.org/read/>
8. Hicks D, Wouters P, Waltman L, de Rijcke S, Rafols I. Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature News*. 2015 Apr 23;520(7548):429.
9. Tibor Rabóczkay. Significado real do número de citações de um artigo científico. *JJornal da USP* [Internet]. 2019 Jul 26 [cited 2019 Aug 3]; Available from: jornal.usp.br/?p=260820
10. Seleção de Periódicos da Colecao SciELO Brasil [Internet]. [cited 2019 Aug 9]. Available from: http://www.scielo.br/avaliacao/avaliacao_pt.htm
11. Proctor R, Schiebinger LL, editors. *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford, Calif: Stanford University Press; 2008. 298 p.